

# Só falta de quorum derruba anistia aos micros

Aprovadas as emendas, bancos preferem que entrem logo em vigor, evitando prejuízos maiores

ADEMAR SHIRAIISHI  
Da Editoria de Economia

Deputados, microempresários, Governo e até banqueiros concordam que só a falta de quorum pode derrubar as emendas que, na Constituinte, estabelecem a anistia da correção monetária para as micro e pequenas empresas urbanas e rurais. Acusados de ignorantes e irresponsáveis, até pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e o deputado Humberto Souto (PFL-MG), autores das duas principais emendas de anistia aos pequenos empresários, defendem as suas propostas, neste debate promovido pelo CORREIO BRAZILIENSE.

No debate, o deputado Benito Gama (PFL-BA) rejeita de vez a postura do ministro da Fazenda e considera viável a absorção do "subsídio explícito" às pequenas empresas pelo orçamento fiscal. Outro debatedor, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção, condena o perdão de dívidas às custas dos cofres do Governo, quando milhões de brasileiros passam fome, porém, diz que acata a decisão da sociedade, através de seus representantes na Constituinte. Já o quinto debatedor, o diretor da Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa, Jo-ao Azevedo, conclama os pequenos empresários a pressionarem os constituintes para que deem quorum à votação das emendas de anistia.

Mansueto de Lavor aceita excluir de sua emenda a extensão da anistia da correção monetária às dívidas dos médios empresários urbanos, mas ressalta que, na Justiça, até os grandes produtores rurais conseguirão eliminar a correção de seus débitos bancários, dentro da legislação já em vigor para o crédito rural. Quem já pagou suas dívidas bancárias — qualquer que tenha sido o sacrifício feito — não terá o benefício da anistia.

Os bancos têm o apoio de Benito Gama para que, após a negociação com os constituintes, a anistia entre em vigor logo, através de decreto-lei. Os banqueiros querem impedir que aumentem os prejuízos com a isenção da correção monetária, no período que vai da aprovação das emendas até a promulgação da nova Constituição.

P — Qual é o futuro dessas emendas, o que deve ser alterado e o que deve ser feito para aperfeiçoá-las, depois do lobby dos banqueiros, dos beneficiários, como também a ponderação das autoridades, basicamente, Ministério da Fazenda e Banco Central?

Mansueto — Eu quero deixar claro que são três propostas que serão debatidas na Assembleia Nacional Constituinte, usando de um dispositivo regimental e por vontade dos seus autores, essas propostas serão fundidas em uma só, como se sãissem um substitutivo, visando as melhores condições políticas para a sua aprovação. Os autores dessas emendas são os deputados Humberto Souto e Ziza Valadares e eu. Em resumo: é preciso dizer, afinal de contas, o que se pretende. O objetivo geral da emenda é retirar da marginalidade econômica, a que foram atirados pelo Plano Cruzado, aproximadamente, 10 milhões de unidades produtivas rurais e urbanas. As rurais representadas pelos pequenos e médios produtores, geralmente, unidades familiares de produção rural, e urbanas, representadas por micro e pequenos empresários. Essas unidades produtivas, que queremos resgatar da marginalidade em que se encontram para a atividade produtiva, oferecem ou vão oferecer, uma vez regularizadas sua situação financeira, entre 17 a 20 milhões de novos empregos.

Nós não vamos ser injustos com o Governo, ele já tentou uma solução. Mas essa solução foi inadequada, insuficiente, paliativa e levou essas unidades produtivas a uma situação pior do que a anterior. Eu me refiro à resolução 1335, do Banco Central.

P — senhor falou que essa emenda vai beneficiar todos os pequenos empresários e produtores rurais. São 10 milhões de unidades. Quem vai pagar isso? O contribuinte?

Mansueto — Diretamente não. A idéia que se quer passar para a opinião pública é de que vai se criar um rombo, que é resultante desse cancelamento, e se tira dinheiro do Tesouro para cobrir esse rombo. O mecanismo que nós queremos não é esse. A nossa decisão é que um poder soberano e inquestionável, a Assembleia Nacional Constituinte, vai decretar esse cancelamento e aquelas entidades financeiras, que tenham na sua contabilidade esse cancelamento, deve considerá-lo como prejuízo que, certamente, é abatido do bruto dos seus lucros. Isso já é um mecanismo que dá impacto no tesouro, mas de maneira indireta. Os bancos passarão a pagar menos imposto de renda. O Governo, por decreto-lei, sem consultar a sociedade, sem consultar os bancos, sem consultar os contratantes, que são os micros e pequenos empresários e produtores, terminou o Plano Cruzado Número Dois, permitiu que a inflação adquirisse uma velocidade muito grande e com isso inviabilizasse todos aqueles que confiaram no Governo. Eu parti do princípio de que alguém deve ser responsabilizado por isso. Por que somente o homem que acreditou, o homem que trabalha, luta e produz, o homem que é pequeno e é importante, porque é a economia informal brasileira, por que esse homem tem que pagar sozinho essa carga? Por que não dividir esse prejuízo, essa carga e

esse sofrimento com aqueles que ganharam dinheiro a vida inteira, que são os bancos? Então, eu apresentei uma emenda e, nela, eu não transfiro esse prejuízo para o Tesouro eu não me preocupo se são bancos oficiais ou particulares, simplesmente, procurei solucionar um problema que eu conheço, que é um problema geral. O que ocorre é que o Governo e os críticos da minha emenda não estão olhando o retorno econômico e social que a anistia traz. Eles estão examinando apenas como se fosse uma caixa, como se fosse uma pessoa que tivesse que pagar e receber e não estão olhando que o Governo é uma coisa muito mais global, muito mais universal.

P — Deputado, e quem já pagou?

Souto — A nossa emenda visa solucionar quem não pode pagar, quem por uma razão qualquer não pode pagar. Tanto é que a minha emenda diz: "Que ele deixou de pagar por motivos que independentemente da sua vontade". Eu acho que quem conseguiu sobreviver sem tomar dinheiro emprestado, também vai ser beneficiado, se nós recuperarmos essa massa imensa da sociedade brasileira que está improdutivo, à beira da falência e que vai começar a produzir, empregar e distribuir riquezas. A fuga da falência dos anistiados vai beneficiar todo o setor produtivo.

P — Deputado, o senhor falou que muitos vão perder a casa em que moram, a propriedade rural etc. Mas, talvez, o sujeito, que pagou a dívida já tenha perdido tudo isso... Ai, as coisas estariam sendo um pouco egoístas...

Souto — Pode ser que esteja sendo omissa com referência a essas pessoas que já pagaram. Eu acho

" Fala-se de rombo no Tesouro. Não é isso. O banco lança como prejuízo e abate do IR. Esse impacto no Tesouro é indireto" (Mansueto)

que, se os bancos e o Governo não estão aceitando salvar nem aqueles que estão no hospital, enfermos, como é que o Governo iria salvar aqueles que já estão salvos? Eu parti do princípio lógico: se você está vendo a dificuldade, o lobby e a pressão que nós estamos enfrentando, sendo taxados de irresponsáveis, de insanos, de incompetentes, por ter apresentado uma emenda que no meu entendimento e na minha visão é uma emenda séria, seletiva, uma emenda que visa recuperar para o processo produtivo uma massa imensa de trabalhadores e de produtores, você imagina se nós tivéssemos colocado na nossa emenda que também todo mundo que pagou seria ressarcido pelo Governo. Ai é que nós não teríamos nenhuma chance de aprovação, é inclusive um sentimento prático do processo.

P — Então, o senador abre mão do item da sua emenda que anistia todo o processo produtivo?

Mansueto — Sim, porque, na prática, hoje, surpreendentemente, já se descobriu que qualquer correção monetária incidente sobre empréstimos rurais é ilegal. Então como o item III da minha emenda cobria até os grandes, e eles têm seus meios, seus instrumentos e recursos

## O QUE CADA UM PENSA



Mansueto nega que o Tesouro vá pagar. Benito não vê nisso nenhum obstáculo. Ponte é contra o perdão. Souto acha natural que quem já pagou suas dívidas fique excluído. Azevedo conclama os microempresários a fazerem pressão.



para junto ao Governo e aos órgãos competentes fazer valer os seus direitos, eles são desprezados. Essa emenda é para um segmento social totalmente desprotegido, que está sofrendo silenciosamente esse problema sem ter o peso político ou a força necessária para fazer valer seus direitos perante o Governo.

Benito — O perdão é histórico na economia brasileira. Nas secas no Nordeste e nas geadas no Sul, às vezes, a pessoa pagou na véspera o compromisso. Então, o perdão evidencia questão injusta, mas que nunca retroagiu. Como isso é um problema atípico, tem que ter essas incoerências.

O microempresário tornou-se um segmento desprotegido e desorganizado.

O governo não deu atenção a esses empresários. Quando deu alguma atenção, o governo facultou ao banco fazer reescalonamento das dívidas.

Facultando, o banqueiro só faz para ele; não existe banqueiro sensível ou generoso em lugar nenhum lugar do mundo, e não somente no Brasil. A solução virá, eu não tenho mais dúvidas, mas virá não porque eu concorde que esteja na Constituinte. Eu acho que isso não é assunto de Constituição, mesmo tendo as disposições gerais e transitórias; Nós devíamos encaminhar isso pelo Congresso Nacional, mas a Constituinte foi o grande instrumento político para advertir o Governo, para alertar o Governo, que os microempresários estavam também sendo protegidos pelos representantes da sociedade. Nós tentamos várias vezes, via Congresso Nacional, com os ministros Bresser e Mailson, resolver isso em reuniões, mas não tivemos êxito para atender os pequenos. Infelizmente, no Brasil, não há sensibilidade para resolver o problema dos pequenos.

Benito — Eu continuo pensando que a Constituinte foi um bom instrumento

político para nós pressionarmos, mas, ainda no caso de se chegar a uma negociação, eu até sou partidário do Governo optar por um decreto-lei, que seja baixado antes da votação, na Constituinte.

Souto — Mas você acha que deve ser feito por um Decreto-lei, quando você tem a legitimidade da Constituinte para fazê-lo?

Benito — Eu concordo contigo nessa questão vou ter que concordar com o colégio D. Pedro II, a Zona Franca e outras coisas que estão nas disposições transitórias, embora o mérito dessa questão seja extremamente importante. A solução realmente virá agora em função disso. A grande pergunta é a seguinte: Quem paga a conta? Quem paga a conta, não há dúvida nenhuma, será o cidadão brasileiro, o contribuinte. Hoje a grande questão é a seguinte: E justo ter mérito para se fazer essa decisão, em função do subsídio explícito? Eu acho que tem, pois o Governo subsidia nesse País tudo. Ano passado, só na agricultura do Centro-Sul, foram subsidiados 4,5 bilhões de dólares. Isso para não falar nos subsídios mais corriqueiros, como os da Eletrobrás, que é subsidiada com o dinheiro do contribuinte e é credora da Eletropaulo, da Cesp, da Cemig e de outras companhias no valor de 174 bilhões e 600 milhões de cruzados, exatamente o valor do custo das emendas de anistia da correção monetária. Ora, se o contribuinte brasileiro está subsidiando a Eletropaulo, a Cesp e a Cemig exatamente nesse valor quantificado pelo senador Mansueto, por que o Governo também não pode subsidiar milhões e milhões de micro e pequenos empresários que estão com problemas criados não por eles, mas criados pelo próprio Governo?

P — Mas o Governo está hoje querendo acabar com os subsídios, alega que...

Benito — O Governo não está querendo acabar com

os subsídios, ele está querendo acabar com o déficit público. Eu não estou propondo aumentar o déficit público, mas, em vez de dar subsídio ao aço este ano, você daria aos microempresários que estão quebrados. Eu estou querendo replanejar. Vou dar outro exemplo: Este ano, o orçamento foi elaborado em base numa inflação de 120 por cento, que vai a 600 por cento. O orçamento que está sendo executado é da ordem de 3 trilhões e 200 bilhões, está sendo feito e, com a revisão, vai chegar em torno de 15 trilhões de cruzados. Ou seja, nós vamos suplementar 12 trilhões de cruzados. Ora, não é possível que desses 12 trilhões você não tenha 200 bilhões de cruzados para alocar num projeto, remanejando dentro da realidade do contexto desse Governo para atender os microempresários. Financeiramente, o Governo pode e deve entrar nesse esquema. Quando ele entra nos bancos estaduais fazendo intervenções políticas, ele já investiu mais de 300 bilhões de cruzados nas intervenções mal feitas do Banerj, do Baneb, do Bemge etc.

Ponte — Inicialmente eu gostaria de registrar que nós temos que indagar três coisas: O que é necessário, o que é possível e o que é justo. O que é necessário, é isso que se fala aqui. Nas discrepâncias de números, eu não entro em julgamento, porque eu não conheço.

Na minha visão, o justo é simplesmente dar condição para o cara pagar o valor real que ele tomou, porque o equívoco foi só acreditar numa inflação baixa. O justo é simplesmente dar condições para o cara pagar, inclusive pelo rendimento futuro em termos reais, nem que seja em 30 anos.

" O justo é dar condições do cara pagar, nem que seja em 30 anos. Sou contra esse negócio de dar como perdão, como subsídio". (Pontes)

Quando o seu negócio gerar riqueza, você paga. Não vai receber presente. Nós temos hoje uma realidade política. A primeira realidade é de uma emenda que tem uma conotação de que você vai privilegiar quem é importante para que o País continue vivo, em detrimento de um setor que toda a nação considera como permanentemente privilegiado, que é o setor bancário. Há um ódio implícito em 99 por cento dos brasileiros quanto a isso. Você tem que ver que a realidade é que, inexoravelmente, uma emenda desse tipo deverá ter acolhida no plenário, a menos que o nosso quorum baixe demais.

Em termos de justiça eu não quero analisar, meu ponto de vista é outro, eu sou contra toda espécie de subsídio. Só admito um tipo de subsídio: é para o cara que é um miserável e não tem como comer com todo o seu esforço; para que ele possa se alimentar, se educar e morar. Eu sou contra esse negócio de dar como perdão, como subsídio. Eu sou a favor, neste momento, apenas por causa do caso político que está aí.

Mansueto — como você vai viabilizar isso na prática? Você termina no mesmo aspecto da resolução 1335, que ficou a critério dos bancos a renegociação e o micro empresário não

se beneficiou de nada.

Ponte — O banco realmente acaba achando uma solução, desde que o camaráda não possa pagar, porque o próprio banco é o interessado em que o cara pague. O que o banco não faz é perceber, se a pessoa tem como pagar. A solução lógica, justa e factível é você projetar para a frente, você vai pagar quando puder, mas você vai pagar. Eu não estou dizendo que não houve problemas com os microempresários, não estou culpando nenhum deles, mas eu conheço milhares de microempresários que estão bem e vivendo uma maravilha com sua família, comparativamente aos miseráveis. Acho que é importantíssimo nós aglutinarmos os que estão quebrados para o setor produtivo, eu concordo plenamente com a finalidade da emenda.

Eu não tenho nenhuma dúvida entre dar esses recursos como perdão, de presente, a esses grupo de microempresários, merece o meu maior respeito, e dar para os 60 milhões de brasileiros que não têm o que comer e que tem a mortalidade infantil que tem, eu como Governo, em termos de justiça, deslocaria para estes últimos e diria ao microempresários: vocês vão pagar no futuro, com produto que vocês fizerem no futuro.

P — Então, os senhores discordam que as emendas foram frutos da desinformação?

Mansueto — Pelo contrário, como já disse o Humberto Souto, as emendas foram calcadas na realidade que nós vivemos nas nossas regiões; em segundo lugar, até hoje não há quem conteste esses números que eu apresentei, que são altos e calculados por cima, porque foram colhidos dos dados do Banco Central.

Souto — Disseram o Mansueto e o Ponte que essa matéria vai tomar conta da Constituinte e da imprensa. Gostaria de aqui registrar o meu elogio ao CORREIO BRAZILIENSE e de dizer o que a imprensa deveria fazer, ao invés de nos chamar de irresponsáveis, era seguir o exemplo do CORREIO BRAZILIENSE: chamar os autores da emenda, alguns que não concordam com a emenda e até técnicos e irmos a uma mesa redonda para debater, ouvir um lado e outro. Vamos saber quem está com a verdade.

Azevedo — Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao CORREIO BRAZILIENSE em nos dar essa oportunidade, porque até agora, infelizmente, o restante da imprensa tem se furtado a isso. Estou muito contente porque pela primeira vez tivemos um importante debate, mas o que nos preocupa realmente, ao micro e pequeno empresário, é que nós devíamos fazer um apelo aos micros e pequenos empresários de todo o Brasil para que eles conscientizem os constituintes da necessidade de eles estarem presente no dia da votação. Essa é a única preocupação nossa, porque é através dos senhores constituintes aqui presente que nós sabemos que a emenda passa, mas para isso é preciso haver quorum. O maior inimigo hoje do pequeno e micro empresário e do pequeno produtor rural é exatamente esse fator, porque tudo está esclarecido. Além disso, é preciso frisar uma coisa importante, que é a volta do microempresário e do pequeno produtor à economia através dessa emenda.